

Relatório de Levantamento nº 02/2022

Processo: 8283/2022

Relator: Conselheira Doris de Miranda Coutinho

Instrumento de Fiscalização: Levantamento

Atos Originários: Resolução TCE-TO Nº 221/2016

Objeto da Fiscalização: Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM

Ato de designação da equipe: Portaria nº 595/2022, de 30 de agosto de 2022.

Período de Realização: 1º/09/22 a 14/10/22

Exercício de Referência: 2021

Composição da Equipe:

Nome	Matrícula	Cargo	Lotação
Doris de Miranda Coutinho	23.901-1	Conselheira Relt5 - Coordenadora	RELT 5
Lígia Cássia Rocha Braga	23.858-9	Auditora de Controle Externo	COAES
Cláudia Elizabeth de Oliveira Vieira	23.587-3	Auditora de Controle Externo	COAES
Edivaldo Gomes da Silva Souza	23.376-5	Técnico de Controle Externo	COAES
Leonardo José de Sales	24.143-2	Técnico de Controle externo	CODES

DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES FISCALIZADOS

Órgãos e entidades fiscalizados: 139 municípios.

Órgãos e entidades que responderam aos questionários: 139 municípios.

Vinculação no TCE-TO: Diversas unidades.

Responsáveis: Diversos

LISTA DE SIGLAS

ATM	Associação Tocantinense de Municípios
ATRICON	Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil
AVCB	Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros
CADUN	Cadastro Único do TCE
CEIS	Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas
CEMA	Conselho Estadual do Meio Ambiente
CNEP	Cadastro Nacional de Empresas Punidas
COAES	Coordenadoria de Auditorias Especiais
CODES	Coordenadoria de Desenvolvimento
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COREA	Corpo Especial de Auditores
IEGM	Índice de Efetividade da Gestão Municipal
INDICON	Rede Nacional de Indicadores
IRB	Instituto Rui Barbosa
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PMGIRS	Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
PPA	Plano Plurianual
TCE-TO	Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
UBS	Unidade Básica de Saúde

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Quesitos de Avaliação.....	7
QUADRO 2 - Critérios de enquadramento dos municípios ao IEGM.....	7
QUADRO 3 – Resultado por faixa nos levantamentos do IEGM realizados no período de 2015 a 2021.....	13
QUADRO 4 - Questões do IEGM convergentes com as metas da ODS.....	14

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Percentual de municípios por faixa de resultado.....	8
FIGURA 2 - Percentual de municípios por faixa de resultado do I-Saúde.....	9
FIGURA 3 -Percentual de municípios por faixa de resultados do I-Educ.....	9
FIGURA 4 - Percentual de municípios por faixa de resultado do I- Planejamento.....	10
FIGURA 5 - Percentual de municípios por faixa de resultado do I-Fiscal.....	10
FIGURA 6 - Percentual de municípios por faixa do I-AMB.....	11
FIGURA 7- Percentual de municípios por faixa do I-Cidade.....	11
FIGURA 8 - Percentual de municípios por faixa do I-GOV-TI.....	12
FIGURA 9 - Informação sistematizada sobre os gargalos/demanda reprimida.....	15
FIGURA 10 -Tempo médio de espera (em dias) até a primeira consulta.....	17
FIGURA 11- Consultas médicas à distância utilizando instrumentos tecnológicos.....	18
FIGURA 12 - Gestão de estoque dos insumos.....	20
FIGURA 13 - Interrupção ou descontinuidade de atendimento por falta de insumo.....	21
FIGURA 14 - Serviço de agendamento de consulta médica nas UBSs.....	22
FIGURA 15 - Ações e medidas para monitoramento da taxa de abandono dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	24
FIGURA 16 – Pesquisa ou estudo do número de crianças que necessitavam de vagas nos Anos Iniciais.....	25
FIGURA 17 – Aplicação de programas municipal de avaliação do rendimento escolar...26	26
FIGURA 18 –Uso de indicador de qualidade para análise de qualidade da educação dos Anos Iniciais.....	28
FIGURA 19 – Utilização de programa para desenvolver leitura e escrita dos alunos na rede municipal.....	29
FIGURA 20 – Pesquisa e estudo do número de crianças que necessitavam de creche...31	31
FIGURA 21 – Pesquisa e estudo de crianças que necessitavam de pré-escola.....	32
FIGURA 22- Quantidade de escolas adaptadas para receber crianças com deficiência...34	34
FIGURA 23- Infraestrutura e necessidade de reparos nas unidades de ensino.....	36
FIGURA 24 - unidades de ensino que tiveram seu funcionamento interrompido ou foram abandonadas por problemas de infraestrutura.....	37
FIGURA 25 - professores da Educação Básica possuem formação específica de nível	

superior.....38

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
1.1 Metodologia Aplicada	5
1.2 Índices temáticos do IEGM	6
1.3 Faixas de Resultados	7
1.4 Processo de apuração	8
2. RESULTADOS DO IEGM 2021	8
2.1 Resultados por Dimensão	9
2.2 Panorama da pontuação do IEGM – 2015 A 2021	13
3. O IEGM E OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL 14	
3.1 ODS/I-SAÚDE	16
3.2 ODS/I-EDUC	25
4. CONCLUSÃO	44
5. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO	45

1. INTRODUÇÃO

O IEGM possibilita aos gestores municipais consolidar o planejamento para sua gestão - nas áreas de Educação, Saúde, Planejamento, Gestão Fiscal, Meio Ambiente, Proteção aos Cidadãos e Governança da Tecnologia da Informação, ao aferir resultados, corrigir rumos e reavaliar prioridades. Ao mesmo tempo que favorece o controle social, ao evidenciar a correspondência entre as ações dos jurisdicionados e as necessidades da sociedade.

O Tribunal de Contas, visando conhecer as ações desenvolvidas pela administração pública que impactam a entrega de produtos à sociedade, utiliza o IEGM (Índice de Efetividade da Gestão Municipal) como ferramenta de coleta e tratamento de informações sobre a gestão municipal, para geração de relatórios gerenciais, utilização em matrizes de risco para a escolha do que irá fiscalizar e, também, como mais um instrumento técnico nas análises das contas públicas.

E como ferramenta de controle social, o TCE-TO disponibiliza em seu endereço eletrônico, o hotsite “IEGM”, onde de maneira acessível o cidadão acompanha o grau de efetividade da gestão do seu município.

Em sua sétima edição, o IEGM/TO-2021, obteve **a adesão máxima de todos os municípios**. O resultado do IEGM- exercício 2021 foi consolidado apenas com as informações prestadas pelos próprios municípios, não houve nenhum processo de validação das respostas pelo TCE.

1.1 Metodologia Aplicada

1.1.1. A metodologia aplicada consiste no levantamento e análise da evolução dos resultados dos indicadores de várias áreas da gestão municipal, quais sejam: I. Educação; II. Saúde; III. Planejamento; IV. Gestão fiscal; V. Gestão ambiental; VI. Cidades Protegidas; VII. Governança da Tecnologia da Informação.

1.1.2. As informações são coletadas a partir de questionários preenchidos pelas prefeituras municipais sendo disponibilizado mediante certificado digital, com um interlocutor por município

cadastrado no rol de responsáveis do Cadastro Único do TCE-TO – CADUN, sendo essa pessoa responsável pelo preenchimento e envio dos referidos questionários.

1.1.3. Após o preenchimento, o gestor municipal tem a oportunidade de conferir os dados informados antes de autorizar o envio dos questionários mediante sua assinatura digital.

1.1.4. Mediante os dados enviados o sistema realiza cálculos matemáticos por meio de algoritmos e rotinas computacionais utilizando os pesos atribuídos a cada quesito para indicar o índice que cada dimensão alcançou.

1.1.5. A apuração e análise realizadas consideram apenas os questionários que foram respondidos em sua integralidade. A ausência de dados ou incompletude das respostas impossibilitam o cálculo do índice, neste caso, o município é considerado não participante do IEGM.

1.2 Índices temáticos do IEGM

O IEGM é um índice perene que proporciona visões da gestão pública para 7 (sete) dimensões da execução do orçamento público:

I-Educ: O Índice Municipal da Educação mede o resultado das ações da gestão pública municipal nesta área por meio de uma série de quesitos específicos relativos à educação infantil e ensino fundamental, com foco em aspectos relacionados à infraestrutura escolar.

I-Saúde: O Índice Municipal da Saúde mede o resultado das ações da gestão Pública Municipal neste tema por meio de uma série de quesitos específicos, com ênfase aos processos realizados pelas prefeituras relacionados à Atenção Básica, Cobertura e ação do Programa Saúde da Família, atuação do Conselho Municipal da Saúde, assiduidade dos médicos, atendimento à população para tratamento de doenças como a tuberculose e prevenção de doenças como a dengue, cobertura das campanhas de vacinação, orientação à população visando a preservação da saúde, bem como, controle de estoque de insumos.

I-Planejamento: O Índice Municipal do Planejamento verifica a consistência entre o que foi planejado e o efetivamente executado, por meio da análise dos percentuais gerados pelo confronto destas duas variáveis.

I-Fiscal: Este índice mede o resultado da gestão fiscal por meio da análise da execução financeira e orçamentária, das decisões em relação à aplicação de recursos

vinculados, da transparência da administração municipal e da obediência aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

I-Amb: O Índice Municipal do Meio Ambiente mede o resultado das ações relacionadas ao meio ambiente que impactam a qualidade dos serviços e a vida das pessoas. Este índice contém informações sobre resíduos sólidos, saneamento básico, educação ambiental, estrutura ambiental e conselho ambiental.

I-Cidade: O Índice Municipal de Proteção dos Cidadãos mede o grau de envolvimento do planejamento municipal na proteção dos cidadãos frente a possíveis eventos de sinistros e desastres. Reúne informações sobre Plano de Contingência, identificação de riscos para intervenção do Poder Público e infraestrutura da Defesa Civil.

I-Gov TI: O Índice Municipal de Governança de Tecnologia da Informação mede o conhecimento e o uso dos recursos de Tecnologia da Informação em favor da sociedade. Este índice reúne informações sobre políticas de uso de informática, segurança da informação, capacitação do quadro de pessoal e transparência.

Os quesitos de avaliação em cada índice nos questionários estão distribuídos da seguinte forma:

Quadro 1 – Quesitos de Avaliação

IEGM	Nº de Quesitos
I-EDUC	32
I-SAUDE	35
I-PLANEJ	40
I-FISCAL	8
I-CIDADE	14
I-GOV TI	25
I-AMB	22
Total	176

Fonte: Questionário IEGM ano base 2021

1.3 Faixas de Resultados

O IEGM possui cinco faixas de resultados, definidas em função da consolidação das notas obtidas nos 7 (sete) índices setoriais. O enquadramento dos municípios em cada uma destas faixas obedece aos seguintes critérios:

Quadro 2 - Critérios de enquadramento dos municípios ao IEGM

Conceito	Faixa	Critério
A	Altamente efetiva (altamente adequada)	IEGM com pelo menos 90% da nota máxima e, no mínimo, 5 índices com a nota A
B+	Muito efetiva (muito adequada)	IEGM entre 75% e 89,9% da nota máxima
B+	Efetiva (adequada)	IEGM entre 60% e 74,9% da nota máxima

C+	Em fase de adequação	IEGM entre 50% e 59,9% da nota máxima
C	Baixo nível de adequação	IEGM menor ou igual a 49,9%

Fonte: Manual IEGM

Além dos critérios acima, outros dois são observados na definição das faixas de resultado:

- Realocação da nota do município no IEGM para a faixa imediatamente inferior, quando não ocorrer o atingimento da aplicação de 25% na Educação;
- Índice Componente – Realocação para a faixa de resultado C – Baixo Nível de Adequação: quando não observar o contido no artigo 29-A da Constituição Federal.

1.4 Processo de apuração

A apuração se deu por meio eletrônico mediante o preenchimento de sete questionários disponibilizados no Site do TCE / sistemas dos jurisdicionados, com acesso através de certificado digital.

Todos os questionários foram devidamente respondidos pelos municípios dentro do prazo estipulado pelo TCE-TO.

Após finalizado o prazo de preenchimento, os dados foram importados para a plataforma desenvolvida pelo Tribunal de Contas do Maranhão -TCE/MA, instituição responsável pela consolidação e produção dos dados analisados neste relatório.

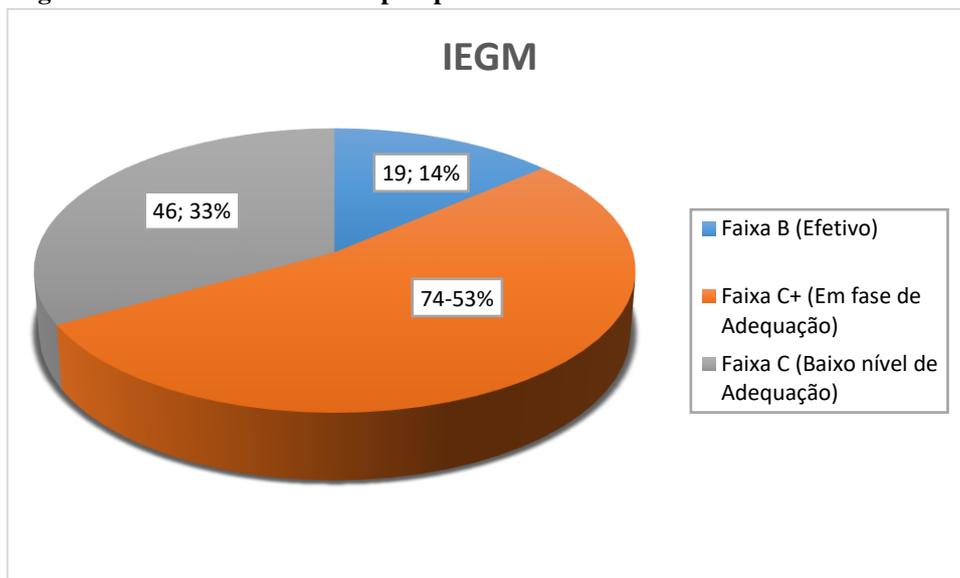
Ressaltamos que as apurações e análises realizadas estão baseadas nas respostas declaradas pelos municípios por meio dos sete questionários, um para cada dimensão apurada no índice.

Advertimos ainda, que a ausência ou incompletude das respostas a qualquer um dos sete questionários tornaria o município não participante do IEGM

2. RESULTADOS DO IEGM 2021

Dos 139 (cento e trinta e nove) municípios respondentes, 33% estão concentrados na faixa C (Baixo Nível de Adequação), 53% na faixa C + (Em Fase de Adequação) , 14% na faixa B (Efetivo), todavia, nenhum foi classificado nas faixas A (Altamente Efetivo) e B+ (Muito Efetivo).

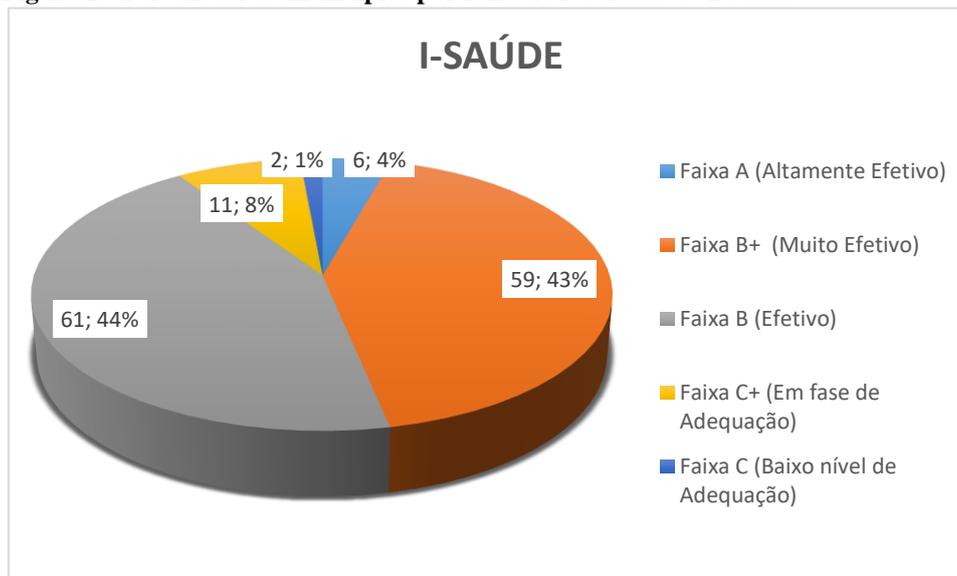
Figura 1 – Percentual de municípios por faixa de resultado



Fonte: IEGM/2021

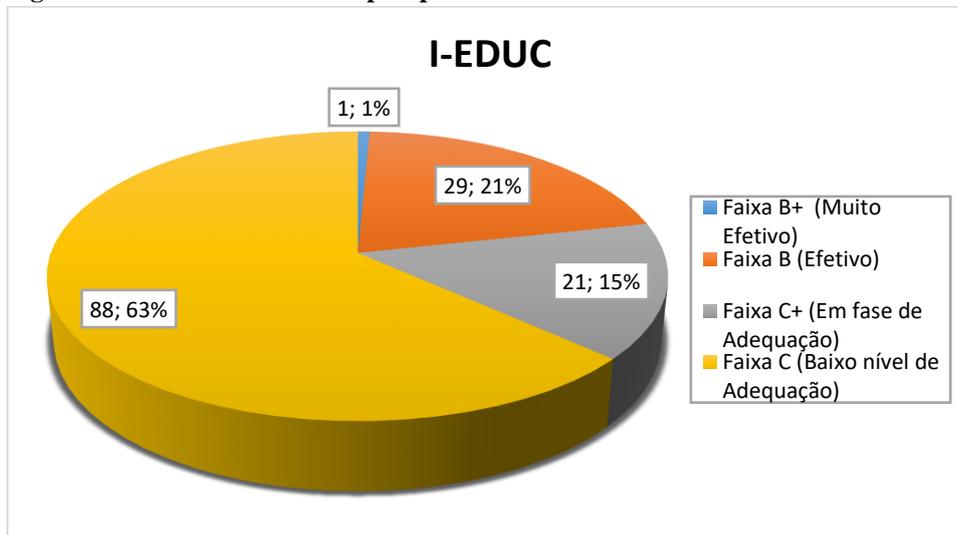
2.1 Resultados por Dimensão

Figura 2 - Percentual de municípios por faixa de resultado do I-Saúde



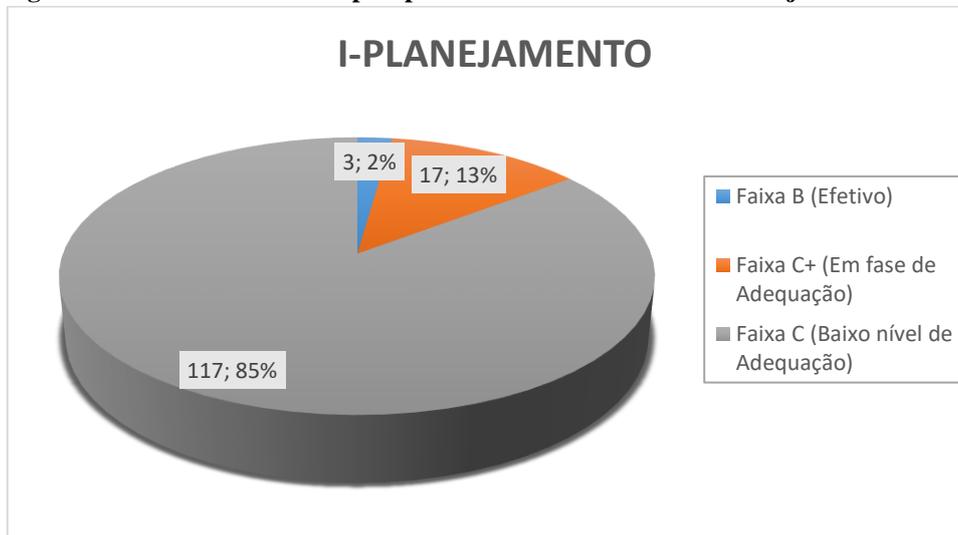
Fonte: IEGM/2021

Figura 3 – Percentual de municípios por faixa de resultados do I Educ



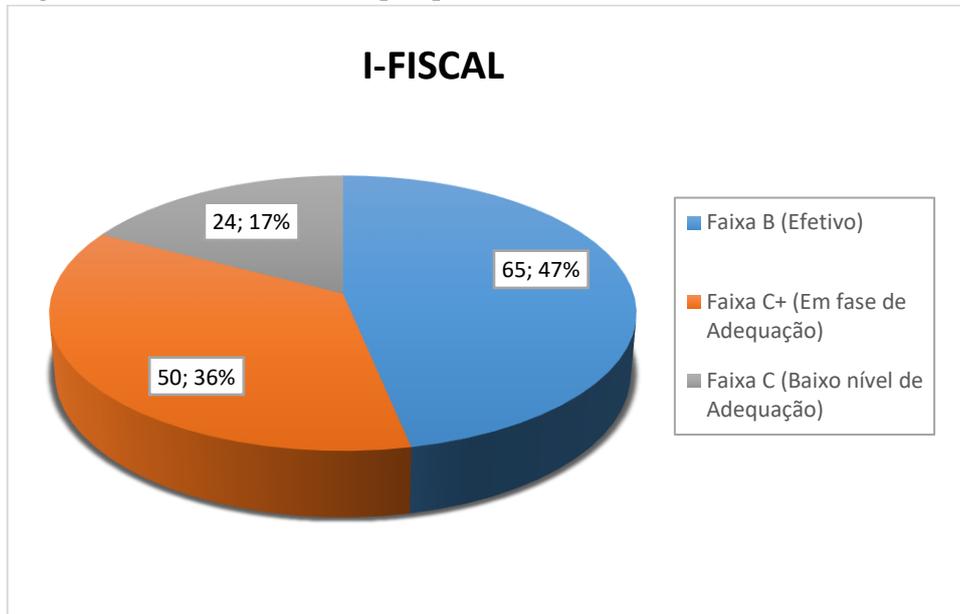
Fonte: IEGM/2021

Figura 4-Percentual de municípios por faixa de resultado do I- Planejamento



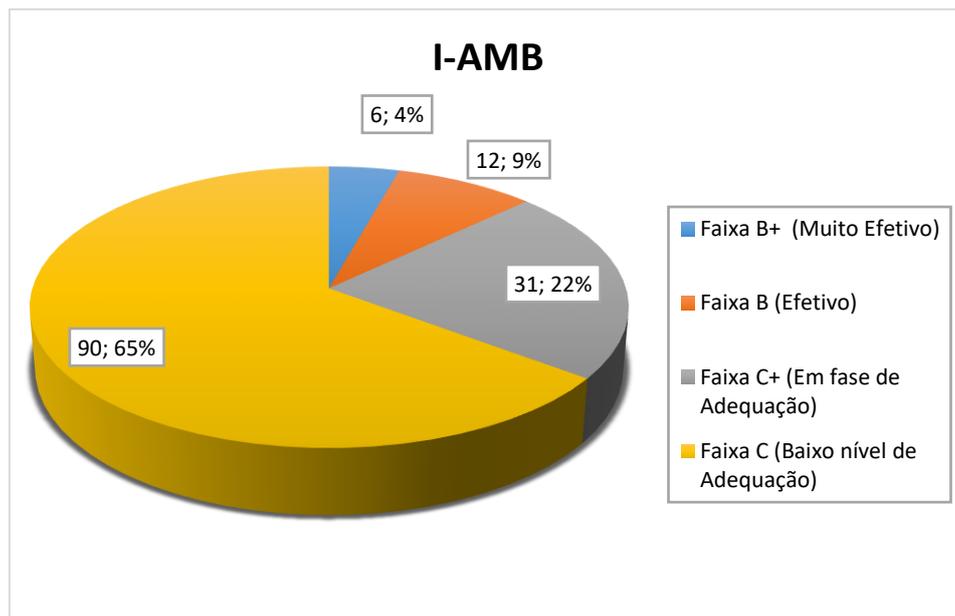
Fonte: IEGM/2021

Figura 5 – Percentual de municípios por faixa de resultado do I-Fiscal



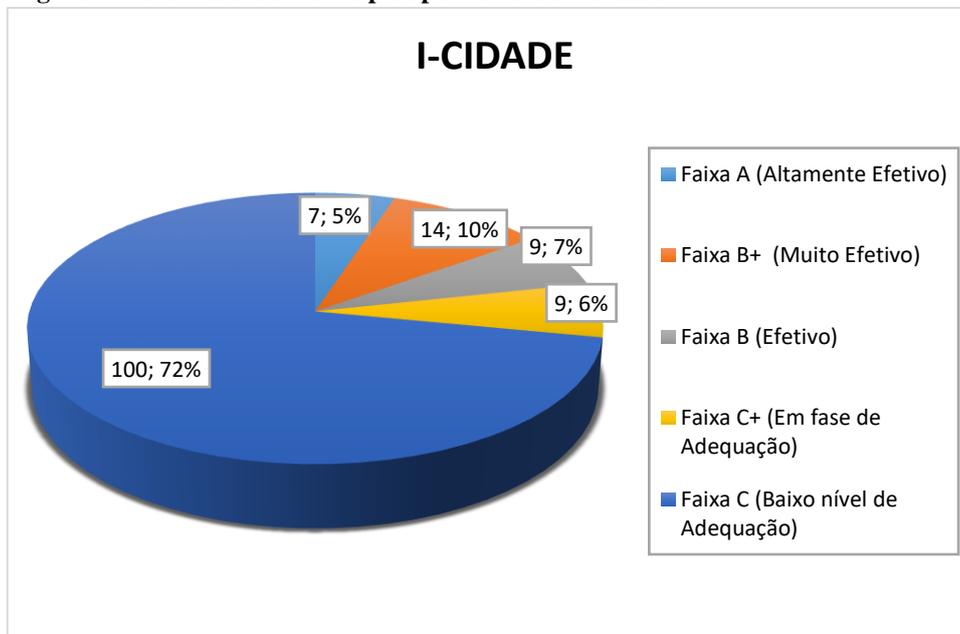
Fonte: IEGM/2021

Figura 6 – Percentual de municípios por faixa do I-AMB



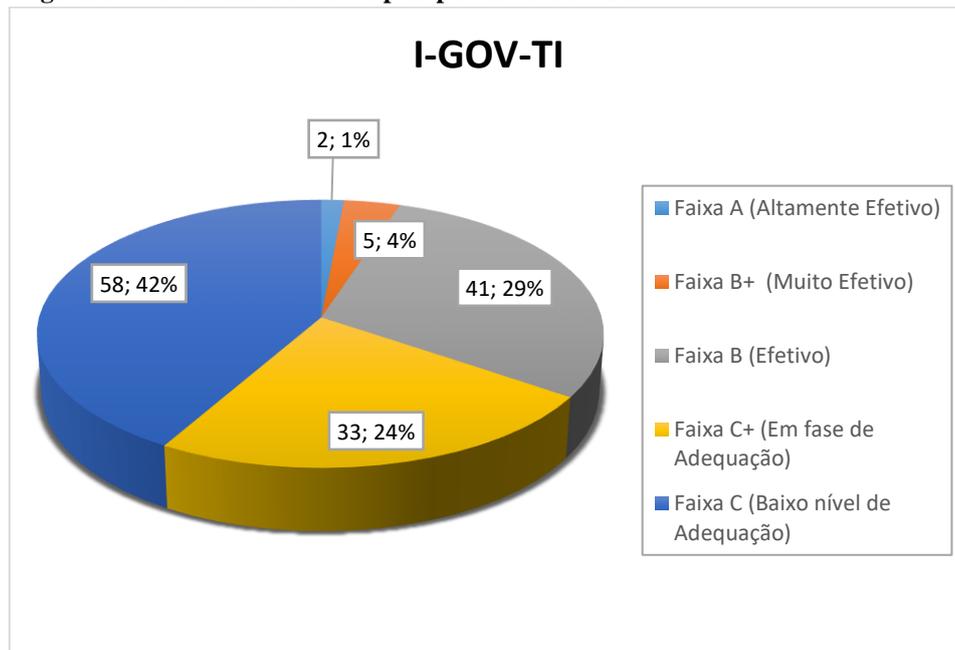
Fonte: IEGM/2021

Figura 7- Percentual de municípios por faixa do I-Cidade



Fonte: IEGM/2021

Figura 8 – Percentual de municípios por faixa do I-GOV-TI



Fonte: IEGM/2021

A partir dos gráficos anteriores, fazemos as seguintes análises:

- No **I-Educ**, a maioria dos municípios, ou seja, 88 (oitenta e oito) encontra-se entre a faixa C (baixo nível de adequação), enquanto 21 (vinte e um) municípios estão na faixa C+ (Em fase de adequação), destacando apenas 29 (vinte e nove) municípios que alcançaram a nota B (efetivo) nesta dimensão.

- No **I-Saúde**, 59 (cinquenta e nove) municípios na faixa estão B+ (Muito Efetivo), 61 (sessenta e um) na faixa B (Efetivo), 11 (onze) na faixa C+ (Em fase de adequação) e 2 na faixa C (Baixo nível de adequação).

- As dimensões **I-Planejamento** e **I-fiscal** apresentaram resultados menos satisfatórios uma vez que a maior parte dos municípios se encontra na faixa C (Baixo nível de adequação).

- O índice **I-Cidade** tem representatividade em todas as faixas de classificação, no entanto, 100 (cem) municípios se concentraram na faixa C (Baixo nível de adequação), 9 (nove) na faixa C+ (Em fase de adequação), 9 (nove) na faixa B (Efetivo), 14 (quatorze) na faixa B+ (Muito Efetivo) e 7 (sete) na faixa A (Altamente efetivo).

- No índice **I-Amb**, semelhantemente às demais dimensões, a maioria dos municípios estão na faixa C (Baixo nível de adequação), 31 (trinta e um) na faixa C+ (Em fase de adequação), 12 (doze) na faixa B (Efetivo), 6 (seis) na faixa B+ (Muito Efetivo).

- No índice **I-Gov TI** verifica-se que temos 58 (cinquenta e oito) municípios na faixa C (Baixo nível de adequação), 33 (trinta e três) na faixa C+ (Em fase de adequação), 41 (quarenta e um) na faixa B (Efetivo), 5 (cinco) na faixa B+ (Muito Efetivo).

De maneira geral, com exceção do i-saúde, nas demais dimensões os municípios se concentram na faixa C (Baixo nível de adequação).

2.2 Panorama da pontuação do IEGM – 2015 A 2021

Apresentamos no quadro 03 o resultado geral e no Anexo I os resultados alcançados por município em cada exercício.

Quadro 3 - Resultado por faixa nos levantamentos do IEGM realizados no período de 2015 a 2021

Faixa de Classificação	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Faixa A (Altamente Efetivo)	0	0	0	0	0	0	0
Faixa B+ (Muito Efetivo)	0	0	0	0	0	0	0
Faixa B (Efetivo)	28	13	33	52	1	9	19
Faixa C+ (Em fase de Adequação)	76	57	86	76	17	56	74
Faixa C (Baixo nível de Adequação)	22	54	17	11	118	74	46

Fonte: IEGM2015/2021

Nota explicativa: municípios que não participaram do IEGM por exercício:

2015: Abreulândia, Aragoínas, Araguatins, Carmolândia, Carrasco Bonito, Esperantina, Goiatins, Ipueiras, Itaporã do Tocantins, Piraquê, Praia Norte, Santa Fé do Araguaia, São Miguel do Tocantins.

2016: Araguatins, Axixá do Tocantins, Campos Lindos, Fátima, Juarina, Mateiros, Natividade, Palmas, Ponte Alta do Bom Jesus, Rio da Conceição, Sampaio, Santa Rita do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, Taboão.

2017: Axixá do Tocantins, Juarina, Ponte Alta do Bom Jesus.

2019: Goiatins, Rio Sono, Santa Tereza do Tocantins.

2020: sem registro (ou seja, todos participaram)

2021: Sem registro (ou seja, todos participaram).

3. O IEGM E OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável serão fundamentais para a superação da crise mundial gerada pelo novo corona vírus, pois reúnem muitas das prioridades que estão agora em destaque, incluindo a garantia da **educação e saúde** para todos.

Segundo a ONU, o vírus pode atrasar a efetivação da chamada Agenda 2030 em décadas exigindo dos jurisdicionados dedicação em desenvolver seus planejamentos com estratégias embasadas nos objetivos dos ODS visando mitigar os efeitos negativos que impactaram sobremaneira a gestão pública.

Como o IEGM possui 64 (sessenta e quatro) questões vinculadas à 14 (catorze) metas dos ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável- Agenda 2030, na área da saúde e educação, áreas mais afetadas pela pandemia COVID-19, selecionamos para análise o resultado de 18 (dezoito) questões do I-Saúde e 12 (doze) questões do I-Educ ação, apresentadas no quadro 4 na página abaixo e os resultados obtidos nos períodos de

realizado do IEGM 2015-2021.

Quadro 04 – Questões do IEGM convergentes com as metas da ODS

Metas ODS	Questão IEGM
<p>3.8 - Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos</p>	<p>1 do I-Saúde: O município possui informação sistematizada sobre os gargalos/demanda reprimida de atendimento ambulatorial/hospitalar de média e alta</p>
	<p>1.2 do I-Saúde: Qual é o tempo médio de espera (em dias) até a primeira consulta?</p>
	<p>2 do I-Saúde: O município disponibiliza consultas médicas a distância utilizando instrumentos tecnológicos?</p>
	<p>6 do I-Saúde: O município possui gestão de estoque dos insumos (Ex.: luvas, capotes, gorros, máscaras e seringas) para operacionalização da sua atenção básica: estoque mínimo, variação do estoque?</p>
	<p>7 do I-Saúde: O atendimento nas unidades municipais que prestam assistência em saúde já foi interrompido ou descontinuado por falta de insumos?</p>
<p>4.1 - Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes</p>	<p>1 do I-Educ.: A prefeitura municipal realizou ações e medidas para monitoramento da taxa de abandono das crianças na idade escolar - Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?</p>
	<p>4 do I-Educ.: A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) escolar em 2019?</p>
	<p>5 do I-Educ.: A prefeitura aplicou algum programa municipal de avaliação de rendimento escolar?</p>
	<p>6 do I-Educ.: A prefeitura municipal utilizou algum indicador de qualidade para análise da educação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?</p>
	<p>7 do I-Educ.: Que indicador(es) de qualidade foram utilizados pela prefeitura municipal para análise da educação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?</p>
	<p>18 do I-Educ.: O município utilizou algum programa específico que desenvolveu as competências de leitura e escrita de seus alunos na rede municipal?</p>
	<p>4.2 Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para</p>
<p>2 do I-Educ.: A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de creches em 2020?</p>	
<p>4.a - Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos</p>	<p>3 do I-Educ.: A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de pré-escola em 2019?</p>
	<p>10 do I-Educ.: Sobre a infraestrutura das escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), informe: [Quantidade de escolas adaptadas para receber crianças com deficiência (Rampas e vias de acesso à escola, adaptação de salas de aula, banheiros e áreas de esporte e recreação):]</p>
	<p>11.1 do I-Educ.: Sobre a infraestrutura e necessidade de reparos nas unidades de ensino destinadas à creche, pré-escola e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) do município no ano de 2019, informe quantas unidades de ensino necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados, etc):</p>
<p>4.c - Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento</p>	<p>11.2 do I-Educ.: Sobre a infraestrutura e necessidade de reparos nas unidades de ensino destinadas à creche, pré-escola e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) do município no ano de 2019, informe quantas unidades de ensino tiveram seu funcionamento interrompido ou foram abandonadas por problemas de infraestrutura</p>
	<p>16 do I-Educ.: Todos os professores da Educação Básica possuem formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, conforme instituído no art. 62 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996?</p>

Fonte: Elaborado pela equipe

3.1 ODS/I-SAÚDE

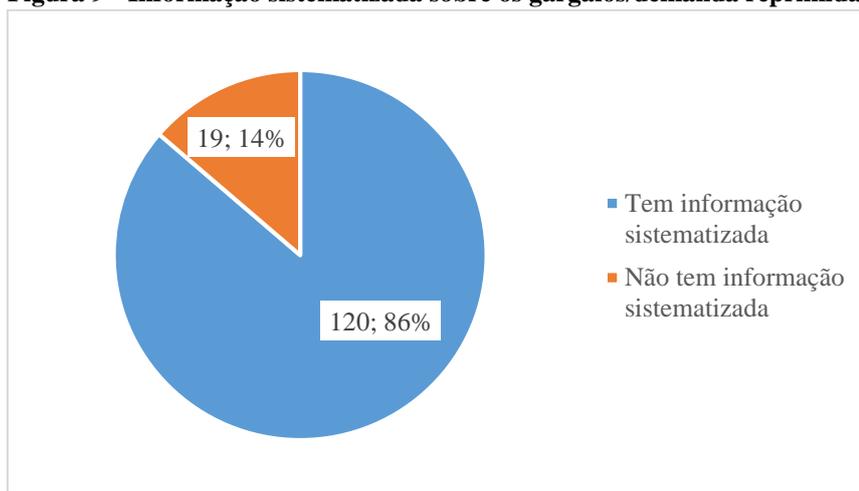
ODS Meta 3.8 - *Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos.*

Questão 1 do i-Saúde. O município possui informação sistematizada sobre os gargalos/demanda reprimida de atendimento ambulatorial/hospitalar de média e alta complexidade de referência para a Atenção Básica?

O IEGM-2021 demonstra que no Estado do Tocantins 19 (dezenove) municípios declararam não possuir informação sistematizada sobre os gargalos/demanda reprimida de atendimento ambulatorial/hospitalar de média e alta complexidade de referência para a Atenção Básica. Esses municípios por não terem este controle encontram-se prejudicados na identificação de suas necessidades, o que pode gerar alocação de recursos insuficientes em alguns pontos e excedente em outros, afetando ou retardando o atendimento ambulatorial do cidadão.

Tendo em vista que uma das diretrizes da atenção básica é organizar o fluxo de usuários, visando a garantia das referências a serviços fora do âmbito da atenção básica, esses municípios devem desenvolver, disponibilizar e implantar os Sistemas de Informação na Atenção Básica, garantindo mecanismos que assegurem serviços e procedimentos de resolutividade ao cidadão.

Figura 9 - Informação sistematizada sobre os gargalos/demanda reprimida



Fonte: IEGM/2021

Na Tabela 01 apresentamos os municípios que declararam não possuir informação sistematizada sobre os gargalos/demanda reprimida de atendimento ambulatorial/hospitalar.

Tabela 01 – Municípios que declararam não possuir informação sistematizada

São Miguel do Tocantins	Santa Fé do Araguaia
Ipueiras	Aragominas
Santa Tereza do Tocantins	Porto Alegre do Tocantins
Jaú do Tocantins	Brasilândia do Tocantins
São Bento do Tocantins	Chapada da Natividade
Esperantina	Gurupi
Sampaio	Crixás do Tocantins
Barra do Ouro	
Guaraí	
Palmeirópolis	
Araguatins	
Recursolândia	

Fonte: IEGM/2021

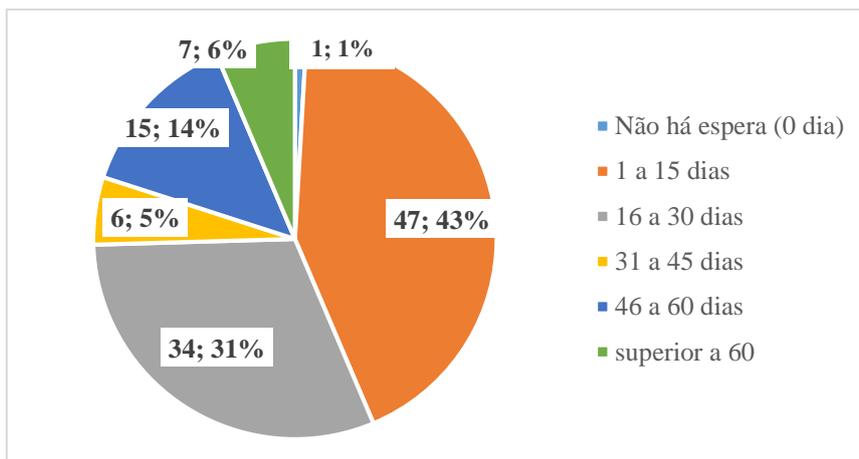
Considerando os resultados dos períodos de 2015 a 2021, destacamos o seguinte:

- ✓ Pequena diminuição no número de municípios que declararam não possuir informação sistematizada sobre os gargalos/demanda reprimida de atendimento ambulatorial/hospitalar.

Questão 1.2 do i-Saúde. Qual é o tempo médio de espera (em dias) até a primeira consulta?

Sabe-se que a agilidade na realização do diagnóstico de possíveis doenças é primordial para o sucesso do tratamento do paciente, no entanto, de acordo com os dados declarados pelos jurisdicionados no IEGM de 2021, 34 (trinta e quatro) municípios **declararam ter um tempo médio de espera acima de 60 dias** até a primeira consulta, essa demora pode contribuir com o agravamento de doenças e, dependendo do caso até mesmo levar a óbito e, sinaliza que esses municípios devem adotar mecanismos de monitoramento, avaliação e auditoria, incluindo tempo de espera para início do tratamento e satisfação do usuário, com vistas à melhoria da qualidade das ações e dos serviços ofertados, considerando as especificidades dos estabelecimentos de saúde e suas responsabilidades, conforme estabelecido no art. 21, inciso IX da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de Setembro de 2017 que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde.

Figura 10 – Tempo médio de espera (em dias) até a primeira consulta



Fonte: IEGM/2021

Na Tabela 02 apresentamos os municípios declararam possuir tempo de espera acima de 60 dias para a primeira consulta.

Tabela 02 – Municípios que declararam possuir Tempo de espera superior a 60 dias

Miranorte	Porto Nacional
Juarina	Itapiratins
Araguacema	Wanderlândia
Pindorama do Tocantins	Centenário
Carrasco Bonito	Silvanópolis
Rio dos Bois	Paraíso do Tocantins
Santa Rosa do Tocantins	Rio da Conceição
Lagoa da Confusão	Palmeiras do Tocantins
Palmas	Miracema do Tocantins
Dianópolis	Ponte Alta do Tocantins
Arraias	Carmolândia
Paraná	Monte Santo do Tocantins
Babaçulândia	Goianorte
Nova Rosalândia	Colméia
Nova Olinda	Barrolândia
Araguaína	
Santa Rita do Tocantins	

Fonte: IEGM/2021

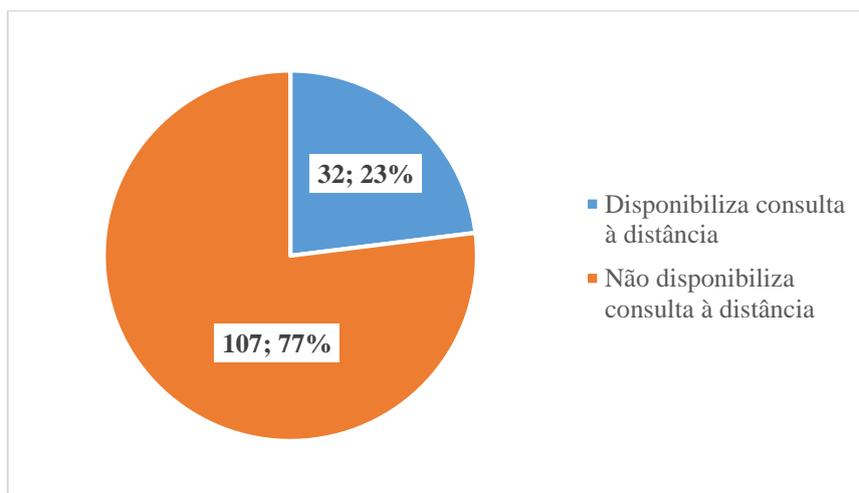
Considerando os resultados dos períodos de 2015 a 2021, destacamos o seguinte:

- ✓ Aumento significativo no quantitativo de municípios que declararam possuir um tempo médio de espera pela primeira consulta superior a 60 dias, de 15 em 2020 para 32 em 2021.
- ✓ Redução no número de municípios que declararam não ter espera para realização da primeira consulta.

Questão 2 do i-Saúde. O município disponibiliza consultas médicas à distância utilizando instrumentos tecnológicos (telefone, Internet, etc.)?

A telemedicina não é apenas uma tendência inovadora, mas um tipo de prática médica que passou a ser uma necessidade para muitos pacientes e profissionais de saúde durante os tempos incertos que a pandemia de covid-19 provocou e ficou evidente os impactos positivos que este tipo de prática médica é capaz de proporcionar à sociedade como um todo, principalmente para a redução dos problemas relativos à falta de acesso aos atendimentos médicos em regiões remotas, procedimento que, se implantado, principalmente no contexto da pandemia, evitaria aglomeração e agilizaria o atendimento da população. Todavia, em 2021, 107 (cento e sete) municípios não disponibilizam consulta à distância.

Figura 11 – Consultas médicas à distância utilizando instrumentos tecnológicos



Fonte: IEGM/2021

Na Tabela 03 na apresentamos os municípios que não disponibilizam consultas médicas à distância.

Tabela 03 - Municípios que não disponibilizam consultas médicas à distância

Goiatins	Aparecida do Rio Negro	Filadélfia
Aguiarnópolis	São Sebastião do Tocantins	Aliança do Tocantins
Lagoa do Tocantins	Bom Jesus do Tocantins	Arapoema
Tupirama	Tocantínia	Darcinópolis
Miranorte	Nova Rosalândia	Itaporã do Tocantins
Juarina	Bandeirantes do Tocantins	Mateiros
São Miguel do Tocantins	Couto Magalhães	Porto Alegre do Tocantins
Ipueiras	Nova Olinda	Santa Terezinha do Tocantins
Novo Jardim	Ponte Alta do Bom Jesus	Praia Norte
Oliveira de Fátima	Pequizeiro	Novo Acordo
Carrasco Bonito	Sandolândia	Combinado
Santa Tereza do Tocantins	Palmeirópolis	Dueré
Peixe	Araguaína	Araguanã
Jaú do Tocantins	Augustinópolis	Miracema do Tocantins
Pium	Chapada de Areia	Brasilândia do Tocantins
Rio dos Bois	Palmeirante	Campos Lindos
Fátima	Itapiratins	São Valério da Natividade
Santa Rosa do Tocantins	Riachinho	Chapada da Natividade
Nazaré	Taipas do Tocantins	Gurupi
Ananás	Wanderlândia	Brejinho de Nazaré
Caseara	Centenário	Sucupira
Dianópolis	Silvanópolis	Crixás do Tocantins
São Salvador do Tocantins	Divinópolis do Tocantins	Presidente Kennedy
Esperantina	Pau d'Arco	Carmolândia
Figueirópolis	Recursolândia	Marianópolis do Tocantins
Sampaio	Paraíso do Tocantins	Monte Santo do Tocantins
Angico	Pedro Afonso	Goianorte
Itaguatins	Abreulândia	Cristalândia
Muricilândia	Rio da Conceição	Axixá do Tocantins
Talismã	Palmeiras do Tocantins	Colméia
Alvorada	Araguaçu	Natividade
Colinas do Tocantins	Piraquê	Lavandeira
Novo Alegre	Almas	Barrolândia
Paranã	Santa Fé do Araguaia	
Pugmil	Maurilândia do Tocantins	
Barra do Ouro	São Félix do Tocantins	
Babaçulândia	Cachoeirinha	

Fonte: IEGM/2021

Considerando os resultados dos períodos de 2015 a 2021, destacamos o seguinte:

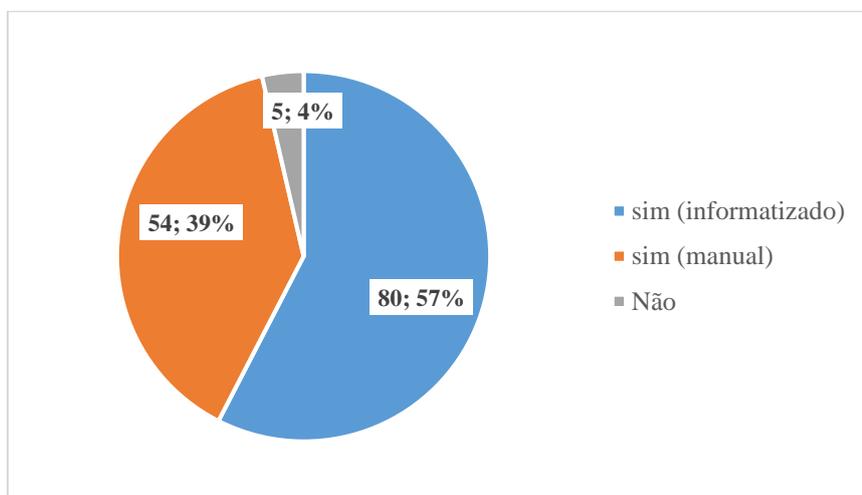
- ✓ Aumento no número de municípios que declararam não disponibilizar consultas

médicas à distância, de 103 em 2020 para 107 em 2021

Questão 6 do i-Saúde. O município possui gestão de estoque dos insumos (Ex.: luvas, capotes, gorros, máscaras e seringas) para operacionalização da sua atenção básica: estoque mínimo, variação do estoque?

Quanto ao controle de estoque de insumos identificou-se que em 2020, 5 (cinco) municípios não possuem esse controle, demonstrando fragilidade na gestão em saúde posto que o conhecimento do estoque é fundamental para o planejamento das aquisições afim de dispor de insumos necessários e suficientes para uma prestação de serviços eficiente à população.

Figura 12 - Gestão de estoque dos insumos



Fonte: IEGM/2021

Na Tabela 04 apresentamos os municípios que declararam **não possuir** gestão de estoque de insumos.

Tabela 04 – Municípios que declararam Não possuir gestão de estoque

Santa Tereza do Tocantins
Aparecida do Rio Negro
Almas
Santa Fé do Araguaia
Brasilândia do Tocantins

Fonte: IEGM/2021

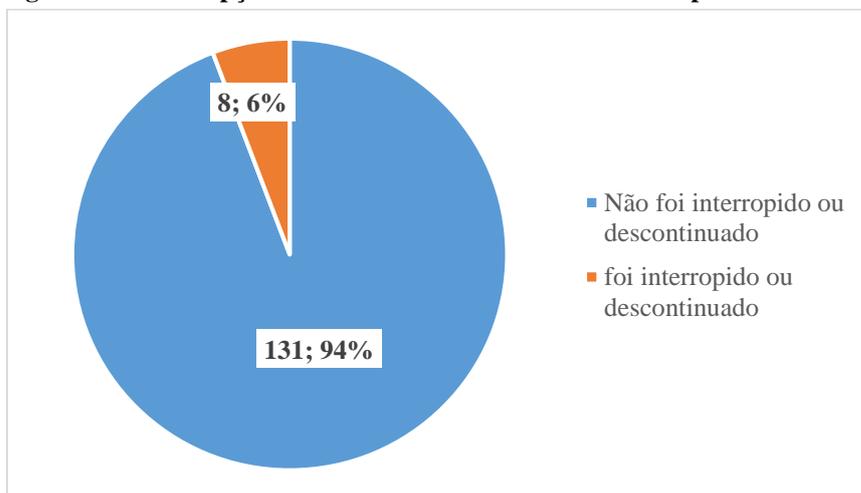
Considerando os resultados dos períodos de 2015 a 2021, destacamos o seguinte:

- ✓ Pequena diminuição no número de municípios que declararam não possuírem gestão de estoque de insumos, de 7 em 2020 para 5 em 2021.

Questão 7 do i-Saúde. O atendimento nas unidades municipais que prestam assistência em saúde já foi interrompido ou descontinuado por falta de insumos?

É sabido que os serviços de saúde são essenciais para a população e devem ser contínuos, de modo que sua eventual interrupção, principalmente por falta de insumos, indica ausência de controle e planejamento. No exercício de 2021, 8 (oito) municípios informaram que já tiveram seus serviços interrompidos ou descontinuados.

Figura 13 - Interrupção ou descontinuidade de atendimento por falta de insumo



Fonte: IEGM/2021

Na Tabela 05 apresentamos os municípios que declararam ter unidades de saúde com atendimento interrompido ou descontinuado por falta de insumos.

Tabela 05- Municípios que declararam atividades de saúde interrompida ou descontinuada por falta de insumos

Caseara	Augustinópolis
Itaguatins	Pedro Afonso
Couto Magalhães	Brasilândia do Tocantins
Araguaína	Cristalândia

Fonte: IEGM/2021

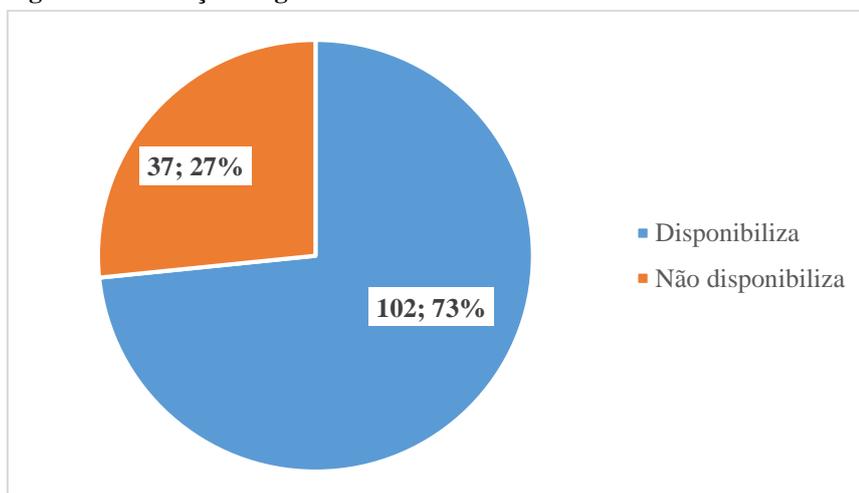
Considerando os resultados dos períodos de 2015 a 2021, destacamos o seguinte:

- ✓ Aumento no quantitativo de municípios que declararam não ter nenhuma interrupção no atendimento de suas UBS's por falta de insumos, de 4 em 2020 para 8 em 2021.

Questão 14 do i-Saúde. O município disponibiliza serviço de agendamento de consulta médica nas UBSs por meio de telefone, VOIP, Internet, totem, etc.?

O agendamento de consulta médica nas UBS's por meio de telefone, VOIP, internet, totem, etc, contribui para a agilidade do atendimento, evita aglomeração e exposição do paciente a possível contaminação, principalmente no contexto da COVID-19. No entanto, constata-se que 37 municípios ainda não disponibilizam esse tipo de agendamento à sua população.

Figura 14 –Serviço de agendamento de consulta médica nas UBSs



Fonte: IEGM/2021

Na Tabela 06 apresentamos os municípios que declararam não disponibilizar serviço de agendamento de consulta médica nas UBSs.

Tabela 06- Municípios que declararam não possuir serviço de agendamento de consulta médica por telefone, VOIP, internet, totem e outros.

Carrasco Bonito	Paraíso do Tocantins	Sucupira
Rio dos Bois	Rio da Conceição	Presidente Kennedy
Nazaré	Bernardo Sayão	Taguatinga
Palmas	Palmeiras do Tocantins	Axixá do Tocantins
São Bento do Tocantins	Almas	Natividade
Paraná	Santa Fé do Araguaia	
Bom Jesus do Tocantins	Maurilândia do Tocantins	
Bandeirantes do Tocantins	Aragominas	
Ponte Alta do Bom Jesus	Cachoeirinha	
Araguatins	Porto Alegre do Tocantins	

Augustinópolis	Praia Norte	
Palmeirante	Combinado	
Taipas do Tocantins	Araguanã	
Wanderlândia	Campos Lindos	
Aurora do Tocantins	Ponte Alta do Tocantins	
Recursolândia	Formoso do Araguaia	

Fonte: IEGM/2020

Considerando os resultados dos períodos de 2015 a 2021, destacamos o seguinte:

- ✓ Aumento no número de municípios que declararam disponibilizar serviço de agendamento de consulta, passando de 4 em 2020 para 8 em 2021;

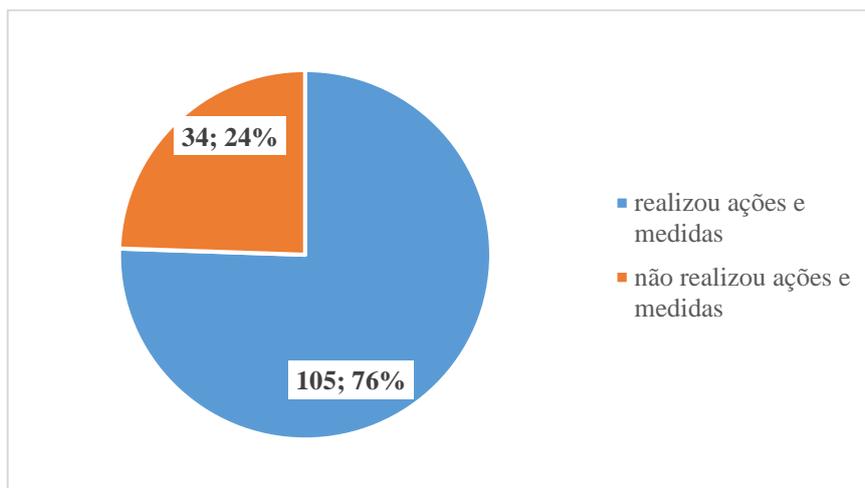
3.2 ODS/I-EDUC

ODS Meta 4.1 - *Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.*

Questão 1 do I-Educ. A prefeitura municipal realizou ações e medidas para monitoramento da taxa de abandono das crianças na idade escolar - Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?

No contexto de pandemia, com maior risco de evasão dos alunos, é fundamental que os municípios, principalmente aqueles que já tinham baixa permanência escolar antes da pandemia, busquem monitorar a taxa de abandono existente e promova a busca ativa a fim de não deixar nenhum aluno fora da escola. No entanto, em 2021, 34 (trinta e quatro) municípios declararam que não realizaram nenhuma ação e medida para monitoramento da taxa de abandono. É importante frisar que a ausência deste monitoramento implica no desconhecimento do quantitativo de crianças que abandonaram as escolas e as motivos da sua evasão, informações essenciais para que a gestão educacional adote ações efetivas para mitigação desse problema.

Figura 15 - Ações e medidas para monitoramento da taxa de abandono dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5ºano)



Fonte: IEGM/2021

Na Tabela 07 apresentamos os municípios que declararam não realizar o monitoramento da taxa de abandono.

Tabela 07 – Municípios que declararam não realizar o monitoramento da taxa de abandono

Goiatins	Dois Irmãos do Tocantins
Lagoa do Tocantins	Araguatins
Miranorte	Santa Rita do Tocantins
Juarina	Aurora do Tocantins
Pindorama do Tocantins	Brasilândia do Tocantins
Novo Jardim	Divinópolis do Tocantins
Carrasco Bonito	Augustinópolis
Tupiratins	Almas
Piraquê	Aragominas
Nazaré	Lizarda
Figueirópolis	Taipas do Tocantins
Nova Rosalândia	Sandolândia
Novo Alegre	Brejinho de Nazaré
Paraná	Praia Norte
Ponte Alta do Bom Jesus	Combinado
Riachinho	Monte do Carmo
Tabocão	Monte Santo do Tocantins

Fonte: IEGM/2021

Considerando os resultados dos períodos de 2015 a 2021, destacamos o seguinte:

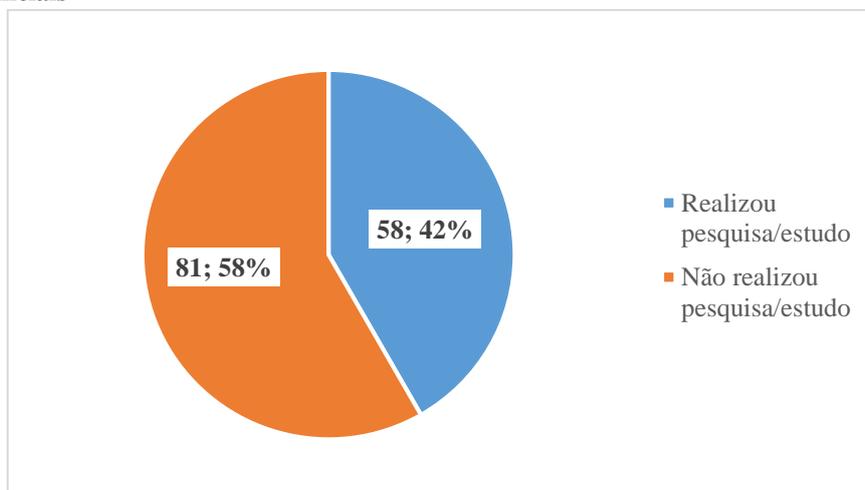
- ✓ Leve diminuição no quantitativo de municípios que não realizam o monitoramento da taxa de abandono escolar.

Questão 4 do I-Educ. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o

número de crianças que necessitavam de vagas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) escolar?

Ter um diagnóstico da demanda de crianças para os anos iniciais do Ensino Fundamental é ponto de partida para a tomada de decisões dos gestores, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta. No entanto, os dados do IEGM revelam que 81 (oitenta e um) municípios não realizaram pesquisa em 2021 para conhecer e buscar atender demanda por vagas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Figura 16 – Pesquisa ou estudo do número de crianças que necessitavam de vagas nos Anos Iniciais



Fonte: IEGM/2021

Na Tabela 08 apresentamos os municípios que declararam não realizar o levantamento da necessidade de vagas para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Tabela 08 - Municípios que declararam não realizar o levantamento da necessidade de vagas para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Goiatins	Recursolândia	Rio Sono
Aguiarnópolis	Ponte Alta do Bom Jesus	Carmolândia
Miranorte	Tocantinópolis	Monte Santo do Tocantins
Santa Maria do Tocantins	Nova Olinda	Goianorte
Juarina	Pequizeiro	Sítio Novo do Tocantins
Marianópolis do Tocantins	Riachinho	Tabocão
Esperantina	Araguatins	Colméia
Rio da Conceição	Aurora do Tocantins	Presidente Kennedy
São Miguel do Tocantins	Brasilândia do Tocantins	Natividade
Araguacema	Centenário	Dois Irmãos do Tocantins
Pindorama do Tocantins	São Valério da Natividade	Lavandeira
Novo Jardim	Bernardo Sayão	
Santa Tereza do Tocantins	Paraíso do Tocantins	
Tupiratins	Pau d'Arco	

Jaú do Tocantins	Augustinópolis	
Pium	Almas	
Rio dos Bois	Aragominas	
Xambioá	Aliança do Tocantins	
Piraquê	Filadélfia	
Nazaré	Lizarda	
Lajeado	Sandolândia	
Lagoa da Confusão	Brejinho de Nazaré	
Araguaína	Darcinópolis	
Figueirópolis	Arapoema	
Buriti do Tocantins	Porto Alegre do Tocantins	
Angico	Praia Norte	
Talismã	Chapada da Natividade	
Cariri do Tocantins	Combinado	
Nova Rosalândia	Dueré	
Muricilândia	Cristalândia	
Novo Alegre	Luzinópolis	
Paraná	Monte do Carmo	
Tocantínia	Gurupi	
Bom Jesus do Tocantins	Taguatinga	
Bandeirantes do Tocantins	Santa Terezinha do Tocantins	

Fonte: IEGM/2021

Considerando os resultados dos períodos de 2015 a 2021, destacamos o seguinte:

- ✓ Diminuiu o número de municípios que não realizaram pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

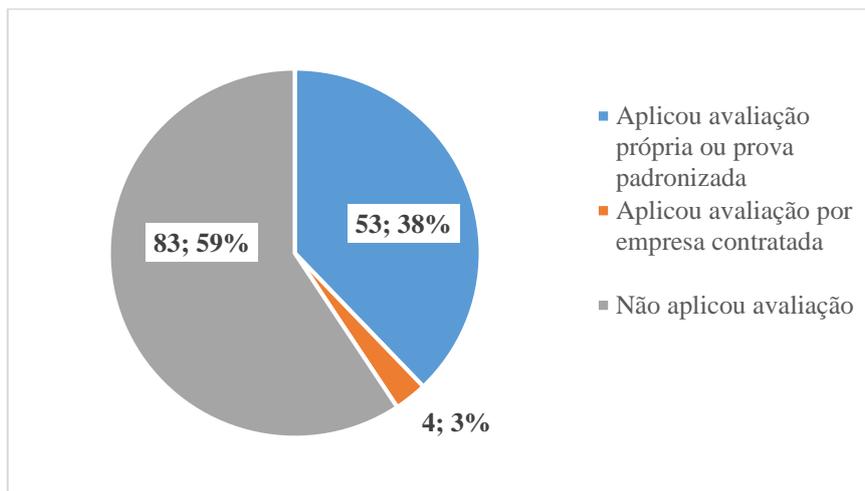
Questão 5 do I-Educ. A prefeitura aplicou algum programa municipal de avaliação de rendimento escolar?

A Meta 7 do PNE estabelece o fomento à qualidade da educação básica, tanto para melhoria no fluxo escolar quanto na aprendizagem, tendo dentre suas estratégias, induzir o processo contínuo de auto avaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico e a melhoria contínua da qualidade educacional.

Acompanhar o rendimento escolar é importante para a identificação de possíveis

situações que possam estar atrapalhando o desempenho do aluno, permitindo ações imediatas para corrigir as deficiências identificadas e melhorar a performance do estudante que apresenta dificuldades. No entanto, 83 (oitenta e três) municípios não aplicaram avaliação de rendimento escolar para identificar dificuldades dos seus alunos e buscar as soluções pertinentes.

Figura 17 – Aplicação de programas municipal de avaliação do rendimento escolar



Fonte: IEGM/2021

Na Tabela 09 apresentamos os municípios que declararam não realizar avaliação de rendimento escolar.

Tabela 09 - Municípios que declararam não realizaram avaliação de rendimento escolar

Lagoa do Tocantins	Recursolândia	Taguatinga
Aguiarnópolis	Tocantinópolis	Sucupira
Miranorte	Nova Olinda	Santa Terezinha do Tocantins
Juarina	São Salvador do Tocantins	Rio Sono
Marianópolis do Tocantins	Chapada de Areia	Crixás do Tocantins
Esperantina	Pequizeiro	Carmolândia
Rio da Conceição	Riachinho	Monte Santo do Tocantins
São Miguel do Tocantins	Araguatins	Goianorte
Ipueiras	Santa Rita do Tocantins	Sítio Novo do Tocantins
Araguacema	Aurora do Tocantins	Colméia
Novo Jardim	Brasilândia do Tocantins	Presidente Kennedy
Oliveira de Fátima	Divinópolis do Tocantins	Dois Irmãos do Tocantins
Carrasco Bonito	Centenário	Lavandeira
Tupiratins	Cachoeirinha	
Pium	Bernardo Sayão	

Fátima	Barra do Ouro	
Itapiratins	Abreulândia	
Piraquê	Paraíso do Tocantins	
Caseara	Pau d'Arco	
Figueirópolis	Almas	
Santa Rosa do Tocantins	Aragominas	
Angico	Filadélfia	
Talismã	Taipas do Tocantins	
Cariri do Tocantins	Sandolândia	
Nova Rosalândia	Brejinho de Nazaré	
Muricilândia	Arapoema	
Santa Fé do Araguaia	Formoso do Araguaia	
Novo Alegre	Porto Alegre do Tocantins	
Pedro Afonso	São Félix do Tocantins	
Paraná	Chapada da Natividade	
Pugmil	Combinado	
Aparecida do Rio Negro	Cristalândia	
Palmeirante	Luzinópolis	
Conceição do Tocantins	Axixá do Tocantins	
Bom Jesus do Tocantins	Monte do Carmo	

Fonte: IEGM/2021

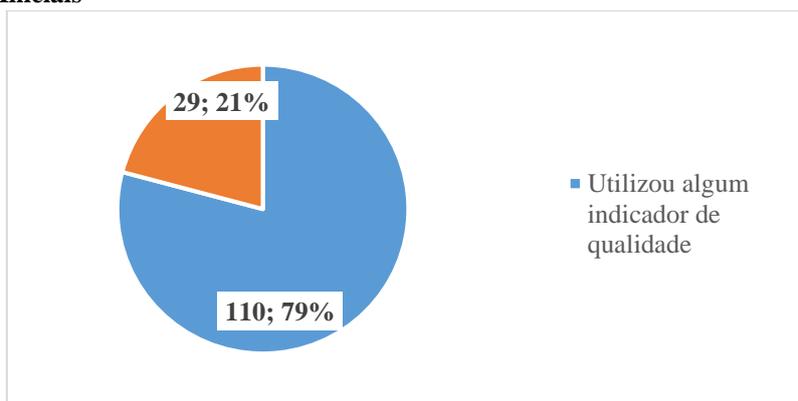
Considerando os resultados dos períodos de 2015 a 2021, destacamos o seguinte:

- ✓ Redução importante dos municípios que declararam aplicar avaliação de rendimento escolar;

Questão 6 do I-Educ. A prefeitura municipal utilizou algum indicador de qualidade para análise da educação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?

A gestão da qualidade na educação busca a melhoria dos procedimentos adotados pela escola, no entanto, não existe um modelo único, a qualidade é um conceito ativo, que deve ser construído e reconstruído continuamente. Cada escola tem autonomia para refletir, indicar e atuar no caminho e encontro da qualidade da educação. Contudo, em 2021, 29 (vinte e nove) municípios informaram que não utilizaram nenhum indicador de qualidade para avaliar a educação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Figura 18 –Uso de indicador de qualidade para análise de qualidade da educação dos Anos Iniciais



Fonte: IEGM/2021

Na Tabela 10 apresentamos os municípios que não utilizaram nenhum indicador de qualidade da educação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Tabela 10 - Municípios que declararam não utilizar nenhum indicador de qualidade da educação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Goiatins	Bom Jesus do Tocantins
Aguiarnópolis	Recursolândia
Juarina	Nova Olinda
São Miguel do Tocantins	Bernardo Sayão
Araguacema	Aragominas
Novo Jardim	Lizarda
Pium	São Félix do Tocantins
Rio dos Bois	Cristalândia
Piraquê	Sucupira
Nazaré	Santa Terezinha do Tocantins
São Bento do Tocantins	Rio Sono
Itaguatins	Carmolândia
Novo Alegre	Colméia
Paraná	Presidente Kennedy
Aparecida do Rio Negro	

Fonte: IEGM/2021

Considerando os resultados dos períodos de 2015 a 2021, destacamos o seguinte:

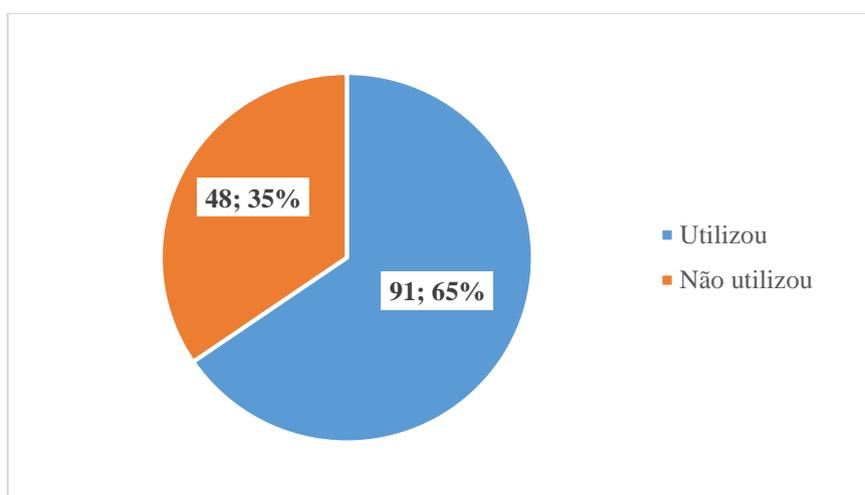
- ✓ Certa diminuição no quantitativo de municípios que informaram não utilizar indicador de qualidade.

Questão 18 do I-Educ. O município utilizou algum programa específico que

desenvolveu as competências de leitura e escrita de seus alunos na rede municipal?

A deficiência na leitura é um fator preocupante no ensino, pois quem não lê não tem fluência na escrita e tem dificuldade de interpretação do enunciado de questões de qualquer disciplina trazendo um efeito multiplicador de maus resultados e consequente baixo desempenho dos alunos. No entanto, os dados de 2021 demonstram que 48 (quarenta e oito) municípios declararam não ter utilizado algum programa para desenvolver as competências de leitura e escrita de seus alunos.

Figura 19 – Utilização de programa para desenvolver leitura e escrita dos alunos na rede municipal



Fonte: IEGM/2021

Na Tabela 11 apresentamos os municípios que informaram não utilizar nenhum programa para desenvolver as competências de leitura e escrita de seus alunos.

Tabela 11 - Municípios que informaram não utilizar nenhum programa para desenvolver as competências de leitura e escrita de seus alunos

Goiatins	Bom Jesus do Tocantins
Aguiarnópolis	Ponte Alta do Bom Jesus
Esperantina	Tocantinópolis
Rio da Conceição	Riachinho
São Miguel do Tocantins	Santa Rita do Tocantins
Ipueiras	Aurora do Tocantins
Araguacema	Brasilândia do Tocantins
Pindorama do Tocantins	Divinópolis do Tocantins
Novo Jardim	Almas
Carrasco Bonito	Aragominas
Pium	Aliança do Tocantins
Itapiratins	Brejinho de Nazaré

Piraquê	Porto Alegre do Tocantins
Nazaré	Miracema do Tocantins
Figueirópolis	Campos Lindos
Buriti do Tocantins	Combinado
Santa Rosa do Tocantins	Taguatinga
Talismã	Itacajá
Santa Fé do Araguaia	Carmolândia
Novo Alegre	Monte Santo do Tocantins
Pedro Afonso	Goianorte
Paraná	Colméia
Conceição do Tocantins	Presidente Kennedy
Tocantínia	Natividade

Fonte: IEGM/2021

Considerando os resultados dos períodos de 2015 a 2021, destacamos o seguinte:

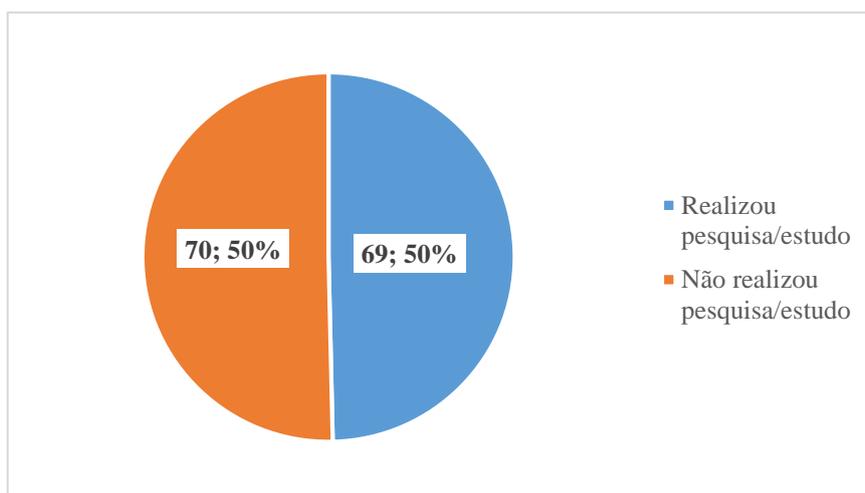
- ✓ Diminuição significativa no quantitativo de municípios que declararam não utilizar nenhum programa específico para desenvolver as competências de leitura e escrita de seus alunos.

ODS Meta 4.2 - *Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário.*

Questão 2 do I-Educ. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de creches?

A ampliação de vagas para atender, no mínimo 50% das crianças de 0 a 3 anos em creche, está estabelecida na meta 1 do PNE e para que o município possa cumprir essa meta deve conhecer sua demanda por vagas através de um levantamento para planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta. Entretanto, observa-se que, em 2021, 70 (setenta) municípios declararam que não realizaram pesquisa/estudo sobre as necessidades da população por vagas em creches.

Figura 20 – Pesquisa e estudo do número de crianças que necessitavam de creche



Fonte: IEGM/2021

Na Tabela 12 apresentamos os municípios que informaram não realizaram pesquisa/estudo para levantar a demanda manifesta por creches.

Tabela 12- Municípios que declararam não realizaram pesquisa/estudo para levantar a demanda manifesta por creches

Goiatins	Colinas do Tocantins	Combinado
Miranorte	Muricilândia	Dueré
Santa Maria do Tocantins	Novo Alegre	Luzinópolis
Juarina	Paraná	Monte do Carmo
Marianópolis do Tocantins	Bandeirantes do Tocantins	Mateiros
Esperantina	Recursolândia	Gurupi
Rio da Conceição	Ponte Alta do Bom Jesus	Rio Sono
São Miguel do Tocantins	Tocantinópolis	Carmolândia
Ipueiras	Nova Olinda	Goianorte
Araguacema	Pequizeiro	Sítio Novo do Tocantins
Pindorama do Tocantins	Riachinho	Tabocão
Novo Jardim	Santa Rita do Tocantins	Colméia
Oliveira de Fátima	Aurora do Tocantins	Natividade
Santa Tereza do Tocantins	Brasilândia do Tocantins	Dois Irmãos do Tocantins
Tupiratins	Centenário	
Jaú do Tocantins	São Valério da Natividade	
Rio dos Bois	Pau d'Arco	
Xambioá	Almas	
Piraquê	Aragominas	
Nazaré	Aliança do Tocantins	
Lajeado	Filadélfia	
Lagoa da Confusão	Lizarda	
Araguaína	Sandolândia	
Figueirópolis	Brejinho de Nazaré	
Buriti do Tocantins	Arapoema	

Angico	Praia Norte	
Talismã	São Félix do Tocantins	
Cariri do Tocantins	Chapada da Natividade	

Fonte: IEGM/2021

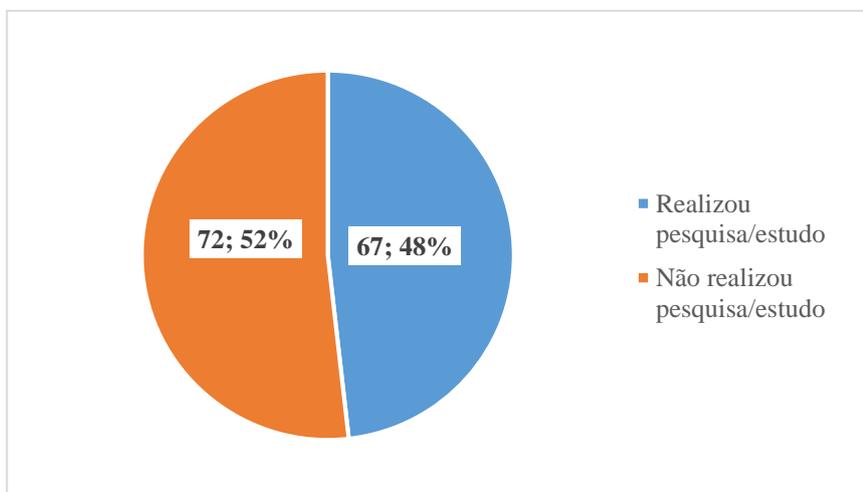
Considerando os resultados dos períodos de 2015 a 2021, destacamos o seguinte:

- ✓ Certa diminuição no número de municípios que declararam ainda não realizar pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de creches.

Questão 3 do I-Educ. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de pré-escola?

A meta 1 do PNE estabeleceu o prazo limite de 2016 para universalização da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos, para isso os municípios devem promover uma pesquisa ou levantamento para identificar crianças que não estão frequentando a escola e realizar suas matrículas de forma a não deixar nenhuma criança fora da escola. Contudo, em 2021, identificou-se 72 (setenta e dois) municípios que não realizaram pesquisa/estudo para conhecer a demanda para pré-escola e estão em status de descumprimento desta meta.

Figura 21 – Pesquisa e estudo de crianças que necessitavam de pré-escola



Fonte: IEGM/2021

Na Tabela 13 apresentamos os municípios que declararam não realizar pesquisa/estudo para levantar a demanda manifesta por pré-escola.

Tabela 13 – Municípios que declararam não realizar pesquisa/estudo para levantar a demanda manifesta por pré-escola.

Goiatins	Tocantínia	Monte do Carmo
Miranorte	Bom Jesus do Tocantins	Taguatinga

Santa Maria do Tocantins	Bandeirantes do Tocantins	Santa Terezinha do Tocantins
Juarina	Recursolândia	Rio Sono
Marianópolis do Tocantins	Ponte Alta do Bom Jesus	Carmolândia
Esperantina	Tocantinópolis	Monte Santo do Tocantins
Rio da Conceição	Nova Olinda	Goianorte
São Miguel do Tocantins	Pequizeiro	Sítio Novo do Tocantins
Ipueiras	Riachinho	Tabocão
Araguacema	Araguatins	Colméia
Pindorama do Tocantins	Aurora do Tocantins	Natividade
Novo Jardim	Brasilândia do Tocantins	Dois Irmãos do Tocantins
Santa Tereza do Tocantins	Centenário	
Tupiratins	São Valério da Natividade	
Jaú do Tocantins	Pau d'Arco	
Rio dos Bois	Augustinópolis	
Xambioá	Almas	
Piraquê	Aragominas	
Nazaré	Aliança do Tocantins	
Lajeado	Filadélfia	
Lagoa da Confusão	Lizarda	
Araguaína	Sandolândia	
Figueirópolis	Brejinho de Nazaré	
Buriti do Tocantins	Darcinópolis	
Angico	Arapoema	
Talismã	Praia Norte	
Cariri do Tocantins	Chapada da Natividade	
Muricilândia	Combinado	
Novo Alegre	Dueré	
Paraná	Luzinópolis	

Fonte: IEGM/2021

Considerando os resultados dos períodos de 2015 a 2021, destacamos o seguinte:

- ✓ Certa diminuição no quantitativo de municípios que declaram não realizar pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de pré-escola.
- ✓ Situação que ainda coloca os municípios faltosos com status de descumprimento da meta 1 do PNE.

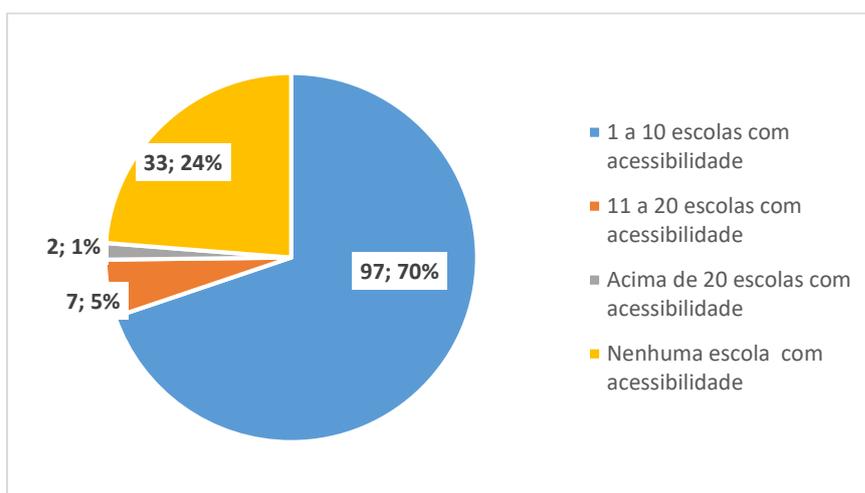
ODS Meta 4.a - *construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos.*

Questão 10 do I-Educ. Sobre a infraestrutura das escolas dos Anos Iniciais do Ensino

Fundamental (1º ao 5º ano), informe: [Quantidade de escolas adaptadas para receber crianças com deficiência (Rampas e vias de acesso à escola, adaptação de salas de aula, banheiros e áreas de esporte e recreação):

O PNE previu na Estratégia 1.5 que as redes de ensino devem manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, visando a expansão e a melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil e na Estratégia 7.18, assegurar que, em cada edifício escolar, seja garantida a acessibilidade às pessoas com deficiência, exigindo do poder público ações efetivas que busquem melhorar a estrutura física escolar e torná-la acessível. Todavia, em 2021, 33 (trinta e três) municípios declararam que nenhuma de suas escolas têm acessibilidade.

Figura 22- Quantidade de escolas adaptadas para receber crianças com deficiência



Fonte: IEGM/2021

Na Tabela 14 apresentamos os municípios que declararam que suas escolas não têm acessibilidade.

Tabela 14 - Municípios que declararam que suas escolas não têm acessibilidade

Lagoa do Tocantins	Babaçulândia	Arapoema
Tupirama	Bom Jesus do Tocantins	Itaporã do Tocantins
Rio da Conceição	Pequizeiro	São Félix do Tocantins
Ipueiras	Riachinho	Crixás do Tocantins
Pindorama do Tocantins	Santa Rita do Tocantins	Natividade
Novo Jardim	Centenário	Dois Irmãos do Tocantins
Tupiratins	Barra do Ouro	Lavandeira
Nazaré	Palmeiras do Tocantins	

Itaguatins	Aliança do Tocantins	
Nova Rosalândia	Taipas do Tocantins	
Santa Fé do Araguaia	Sandolândia	
Novo Alegre	Brejinho de Nazaré	
Paraná	Darcinópolis	

Fonte: IEGM/2021

Considerando os resultados dos períodos de 2015 a 2021, destacamos o seguinte:

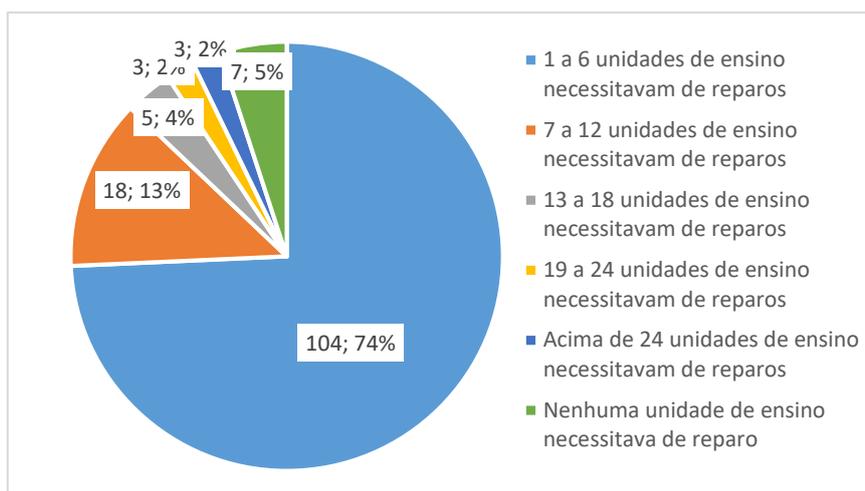
- ✓ Aumento no número de municípios que declaram que nenhuma escola possui acessibilidade.

Questão 11 do I- Educ. Sobre a infraestrutura e necessidade de reparos nas unidades de ensino destinadas à creche, pré-escola e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) do município no ano de 2021, informe: (Quantidade de unidades de ensino que necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados, etc.):

A infraestrutura escolar é um dos pilares para a melhoria da qualidade do ensino e implica na disponibilidade de espaços e recursos que respeitem a dignidade humana e potencializem experiências, vivências e interações entre os alunos e entre estes e os ambientes educativos. No entanto, muitas unidades escolares não dispõem de estrutura física adequada que proporcione essa vivência, pois os dados indicam um índice significativo de unidades de ensino com necessidade de reparos em 2021.

Uma infraestrutura escolar inadequada impacta no trabalho diário dos professores e no aprendizado dos estudantes, assim os municípios devem buscar melhorar a estrutura física de suas escolas visando garantir espaços pedagógicos que inspire os professores a inovar com aulas mais atrativas estimulando os alunos no processo de aprendizagem.

Figura 23- Infraestrutura e necessidade de reparos nas unidades de ensino



Fonte: IEGM/2021

Na Tabela 15 apresentamos os municípios que declararam ter de 1 a 6 unidades de ensino que necessitavam de reparo.

Tabela 15 - municípios que declararam ter de 1 a 6 unidades de ensino que necessitavam de reparo

Lagoa do Tocantins	Novo Alegre	Maurilândia do Tocantins
Aguiarnópolis	Pedro Afonso	Darcinópolis
Tupirama	Pugmil	Arapoema
Miranorte	Aparecida do Rio Negro	Itaporã do Tocantins
Santa Maria do Tocantins	Palmeirante	Porto Alegre do Tocantins
Juarina	Conceição do Tocantins	Novo Acordo
Marianópolis do Tocantins	Tocantínia	São Félix do Tocantins
Rio da Conceição	Bom Jesus do Tocantins	Araguanã
Ipueiras	Bandeirantes do Tocantins	Miracema do Tocantins
Araguacema	Recursolândia	Chapada da Natividade
Pindorama do Tocantins	Ponte Alta do Bom Jesus	Campos Lindos
Carrasco Bonito	Nova Olinda	Combinado
Sampaio	São Salvador do Tocantins	Dueré
Ananás	Chapada de Areia	Cristalândia
Santa Tereza do Tocantins	Riachinho	Ponte Alta do Tocantins
Tupiratins	Santa Rita do Tocantins	Luzinópolis
Jaú do Tocantins	Palmeirópolis	Monte do Carmo
Pium	Aurora do Tocantins	Mateiros
Fátima	Silvanópolis	Sucupira
Itapiratins	Guaraí	Santa Terezinha do Tocantins
Rio dos Bois	Araguaçu	Itacajá
Xambioá	Divinópolis do Tocantins	Rio Sono
Piraquê	Centenário	Crixás do Tocantins
Nazaré	Cachoeirinha	Carmolândia
Caseara	São Valério da Natividade	Monte Santo do Tocantins
Lajeado	Bernardo Sayão	Goianorte

Lagoa da Confusão	Abreulândia	Sítio Novo do Tocantins
Figueirópolis	Pau d'Arco	Tabocão
Buriti do Tocantins	Almas	Presidente Kennedy
Santa Rosa do Tocantins	Aragominas	Natividade
Angico	Aliança do Tocantins	Lavandeira
Talismã	Filadélfia	Barrolândia
Alvorada	Lizarda	
Cariri do Tocantins	Taipas do Tocantins	
Nova Rosalândia	Sandolândia	
Muricilândia	Brejinho de Nazaré	

Fonte: IEGM/2021

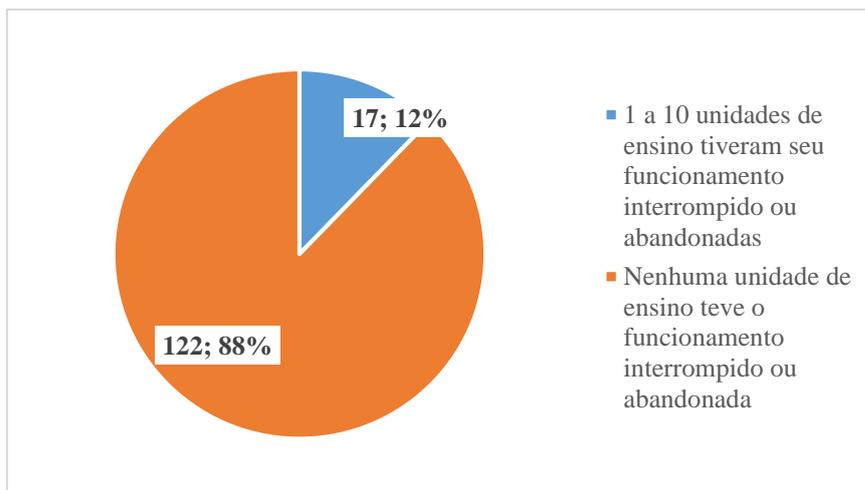
Considerando os resultados dos períodos de 2015 a 2021, destacamos o seguinte:

- ✓ De 2015 a 2021 de aplicação do IEGM, aumentou o quantitativo de municípios em todos os intervalos de unidades de ensino que necessitavam de reparos.

Questão 11 do i – Educ. Sobre a infraestrutura e necessidade de reparos nas unidades de ensino destinadas à creche, pré-escola e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) do município no ano de 2021, informe: (Quantidade de unidades de ensino que tiveram seu funcionamento interrompido ou foram abandonadas por problemas de infraestrutura)

No decorrer desses seis anos de aplicação do IEGM, a infraestrutura das escolas é um problema recorrente com o agravamento da existência de unidades de ensino que tiveram seu funcionamento interrompido ou abandonado. Em 2021, apesar das escolas estarem fechadas em função das medidas de prevenção contra o COVID-19, 17 (dezessete) municípios declararam que tiveram de 1 a 10 unidades com atividades interrompidas por problemas de infraestrutura.

Figura 24 - unidades de ensino que tiveram seu funcionamento interrompido ou foram abandonadas por problemas de infraestrutura



Fonte: IEGM/2021

Na Tabela 16 apresentamos os municípios cujas escolas tiveram seu funcionamento interrompido ou abandonada por problemas de infraestrutura:

Tabela 16 - municípios cujas escolas tiveram seu funcionamento interrompido ou abandonada por problemas de infraestrutura

Rio da Conceição
Ipueiras
Pium
Lajeado
Itaguatins
Talismã
Arraias
Babaçulândia
Conceição do Tocantins
São Valério da Natividade
Aragominas
Darcinópolis
Arapoema
Formoso do Araguaia
Praia Norte
Miracema do Tocantins
Carmolândia

Fonte: IEGM/2021

Considerando os resultados dos períodos de 2015 a 2021, destacamos o seguinte:

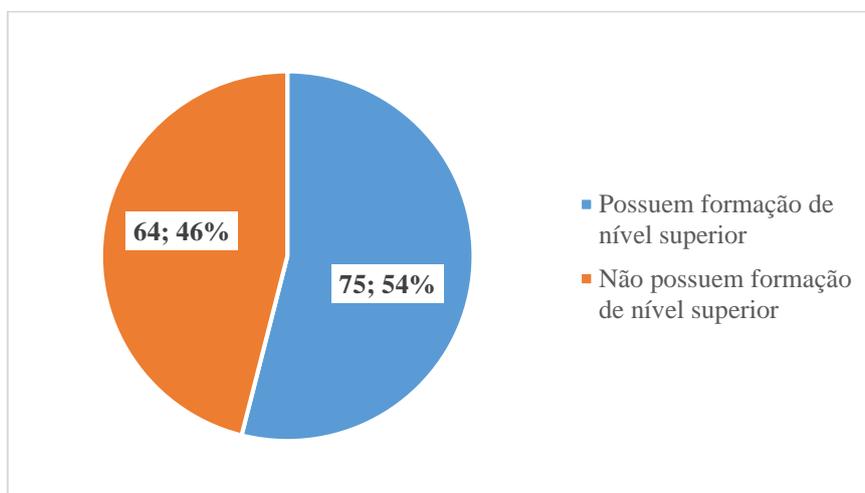
- ✓ De 2015 a 2021 de aplicação do IEGM, aumentou o quantitativo de municípios que tiveram unidades de ensino com funcionamento interrompido em decorrência de problemas de infraestrutura.

ODS Meta 4.c - Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

Questão 16 do I-Educ Todos os professores da Educação Básica possuem formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, conforme instituído no art. 62 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996?

É sabido que os alunos ensinados por professores qualificados têm mais probabilidade de obter um desempenho mais elevado. No entanto, em 2021, 64 (sessenta e quatro) municípios declararam que nem todos os seus professores possuem formação específica de nível superior obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, sendo assim o profissional está ensinando um conteúdo no qual não é especializado, sua performance fica prejudicada pois vai encontrar dificuldades para lecionar uma disciplina que ele não aprendeu devidamente a perca de aprendizagem do aluno.

Figura 25 - professores da Educação Básica possuem formação específica de nível superior



Fonte: IEGM/2021

Na Tabela 17 apresentamos os municípios que declararam que existem professores sem formação de nível superior.

Tabela 17 Municípios que declararam que existem professores sem formação de nível superior.

Goiatins	Pequizeiro
Aguiarnópolis	Riachinho
Miranorte	Araguatins

Santa Maria do Tocantins	Palmeirópolis
Juarina	Guaraí
Marianópolis do Tocantins	Centenário
Esperantina	São Valério da Natividade
Rio da Conceição	Paraíso do Tocantins
São Miguel do Tocantins	Almas
Araguacema	Aragominas
Sampaio	Aliança do Tocantins
Santa Tereza do Tocantins	Taipas do Tocantins
Peixe	Brejinho de Nazaré
Jaú do Tocantins	Maurilândia do Tocantins
Rio dos Bois	Darcinópolis
Xambioá	Arapoema
Nazaré	Itaporã do Tocantins
Palmas	Porto Alegre do Tocantins
Figueirópolis	Praia Norte
Buriti do Tocantins	São Félix do Tocantins
Santa Rosa do Tocantins	Dueré
Angico	Luzinópolis
Colinas do Tocantins	Taguatinga
Arraias	Santa Terezinha do Tocantins
Nova Rosalândia	Rio Sono
Santa Fé do Araguaia	Carmolândia
Pedro Afonso	Natividade
Pugmil	Dois Irmãos do Tocantins
Aparecida do Rio Negro	Lavandeira
Babaçulândia	
Palmeirante	
Recursolândia	
Tocantinópolis	
Nova Olinda	
Chapada de Areia	

Fonte: IEGM/2021

Considerando os resultados dos períodos de 2015 a 2021, destacamos o seguinte:

- ✓ Certo aumento no número de professores da educação básica que possuem nível superior.

4. CONCLUSÃO

O Levantamento do IEGM-TO 2021, assim como no exercício anterior, contou com a participação de 100% dos municípios, de modo que a consolidação do resultado foi realizada com base somente nas informações declaradas pelos gestores municipais.

De acordo com o panorama do IEGM -2015 a 2021, conclui-se que houve importante evolução na quantidade de municípios que estavam classificados na Faixa B (Efetivo), passando de 9 no ano de 2020 para 19 no ano de 2021, o que mostra certa preocupação de melhoria por parte desses municípios que se encontravam anteriormente em baixo nível de classificação.

Outro resultado de evolução importante observa-se na quantidade de municípios que se encontravam na Faixa C “**baixo nível de adequação**”, pois no ano de 2020 eram 74, tendo esse número reduzido para 46 no ano de 2021, indicando certo esforço na melhoria da gestão desses municípios que alçaram uma classificação melhor.

No tocante à área de saúde, pode-se destacar, como melhoria de gestão, a diminuição na quantidade de municípios que tiveram o atendimento interrompido em suas UBS's por motivo de falta de insumos, no período avaliado, conforme consta da **Tabela 05**.

Por outro lado, na área de educação, o levantamento evidencia pouca melhoria na gestão do monitoramento da taxa de abandono escolar, de modo que a **Tabela 7** relaciona 34 municípios que ainda nada fizeram para mitigar essa situação preocupante.

Ainda no campo da educação, o levantamento também apontou que, de acordo com a **Tabela 8**, persistem 81 (oitenta e um) municípios que não dispõem de dados ou informação a respeito da quantidade de crianças que necessitam de vagas nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o que torna mais difícil a adoção de política pública para mitigar essa situação prejudicial.

Nas **Tabelas 15 e 16**, observa-se que ainda há uma deficiência preocupante na gestão das unidades de ensino que se encontram em situação precária de infraestrutura física, tendo inclusive levado a vários casos de interrompimento do seu funcionamento ou de abandono completo da unidade.

Por fim, em análise do resultado geral do Quadro 3, é possível concluir que, durante a aplicação do levantamento do IEGM nos exercícios de 2015 a 2021, notadamente nenhum município foi capaz de alçar as faixas superiores de classificação (**A- Altamente Efetivo ou B- Muito Efetivo**), indicando a necessidade de continuidade da avaliação e acompanhamento desses índices, para efeito de propostas de melhoria na adoção de políticas públicas prioritárias e na gestão municipal.

5. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Diante do exposto, considerando a permanência de baixos índices de gestão e tendo em vista que a avaliação e acompanhamento das políticas públicas são etapas essenciais para seu aperfeiçoamento e aprimoramento da alocação de recursos e qualidade do gasto público, visando melhorar a prestação de serviços à sociedade, submetemos este Relatório de Levantamento à consideração superior, com as propostas que se seguem:

- a) Que no planejamento das fiscalizações realizadas pelo controle externo sejam considerados os resultados do IEGM, particularmente no tocante a:
 - i) Insuficiência nas atividades afetas à dimensão Planejamento, visto que pelos 07 anos de realização do Levantamento do IEGM, esta dimensão tem se enquadrado na classe/faixa C, qualificada como de “baixo nível de adequação” em termo de efetividade da gestão municipal;
 - ii) Descumprimento da meta 1 do PNE;
 - iii) Inobservância no cumprimento das estratégias da Meta 7 do PNE, pela ausência de ações que garantam qualidade ao ensino com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, garantia de transporte escolar que assegurem a todas as escolas públicas de educação básica o acesso ao a energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência;
 - iv) Ausência de mecanismos para o acompanhamento individualizado dos alunos do ensino fundamental, Meta 2 do PNE;
 - v) Ausência de ações que promovam a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, Meta 2 do PNE;

- vi) Descumprimento da Meta 18 do PNE, valorização dos profissionais da educação, pagamento do piso salarial dos profissionais da educação e garantia de ocupação dos cargos por servidores efetivos;
 - vii) Ausência de sistemas informatizados de controle de estoque de medicamentos e insumos nas unidades de saúde;
 - viii) Ausência de PCCS para os profissionais da saúde;
 - ix) Demora na marcação da primeira consulta nas unidades de saúde;
 - x) Falta de controle e acompanhamento dos pacientes com doenças crônicas
 - xi) Ausência de AVCB nas unidades escolares e unidades de saúde dos municípios;
 - xii) Ausência de Plano Municipal de resíduos sólidos;
 - xiii) Aumento na prática de se lançar os resíduos sólidos a céu aberto (lixões);
 - xiv) *Ausência de unidades estruturadas de defesa civil. Planos municipais de redução de risco, estudos, diagnósticos, mapas de riscos e Planos Preventivos de Defesa Civil;*
- b) Que os apontamentos individualizados por município nos itens 3.1 e 3.2 sejam objetos para apresentação de encaminhamentos (ofícios, alertas, acompanhamentos) pelas Relatorias junto aos seus jurisdicionados.
- c) Que os resultados do IEGM-2021, seja um dos instrumentos utilizados para a elaboração do plano anual de capacitação para os jurisdicionados promovidos pelo Instituto de Contas – ISCON.
- d) Que seja disponibilizado este Relatório no site do TCE no link “IEGM” e os dados inseridos no infográfico;
- e) Que sejam realizadas ações para incentivar os Municípios a integrar seus Planos Municipais aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a fim de que garantam o seu crescimento econômico de forma sustentável.

Encaminhar cópia do Relatório, Voto e Resolução que vierem a ser prolatados pelo TCE nestes autos às Relatorias, Diretoria Geral de Controle Externo, Instituto de Contas, Gestores Municipais, Câmaras Municipais de Vereadores, ATM, Conselhos Municipais de Saúde, Conselhos Municipais de Educação, Ministério Público Estadual, e a Assembleia Legislativa do Estado.

Palmas, 09 de dezembro de 2022.

Lígia Cássia Rocha Braga
Auditora de Controle
Externo
Coordenadora da Equipe
Mat. 23.858-9

Cláudia Elizabeth de Oliveira
Vieira
Auditora de Controle
Externo
Membro
Mat. 23.587-3

Edivaldo Gomes da Silva
Souza
Técnico de C. Externo
Membro
Mat. 23.376-5

Luan Philipe
Nunes Bequimam
Estagiário
Apoio
Mat. 27.017-3